

# FÓRUM DE MEIO AMBIENTE DO SETOR ELÉTRICO



## POSICIONAMENTO PARA OS PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

**Macrovisão:** O país deve crescer de forma sustentada e sustentável, de modo a garantir a manutenção e a ampliação da inclusão sócio - econômica de parcelas maiores da população. Do ponto de vista energético e sócio-ambiental destacam-se os seguintes aspectos:

### 1. Segurança Energética e Meio Ambiente

A segurança energética deve ser priorizada. O crescimento do país somente será possível mediante uma oferta de energia elétrica suficiente. Para isto a Política Energética e o seu processo de planejamento precisam estar articulados ao planejamento dos demais setores da economia. Essa integração deve possibilitar que os planos de expansão resultem na melhor opção para a sociedade brasileira e constituam metas a serem perseguidas por todas as áreas do governo, sobretudo tendo como base o tripé do desenvolvimento sustentável – ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

### 2. Priorização das fontes de geração disponíveis

A grande disponibilidade de diversas fontes de geração de energia renováveis deve ser incentivada, sempre buscando a segurança energética com o menor impacto socioambiental e sem perder de vista a necessidade da modicidade tarifária.

Por razões técnicas este potencial de fontes de energia renováveis não é suficiente para garantir a oferta de energia ininterruptamente. Assim, uma base térmica complementar também se faz necessária. Neste sentido, os custos dessa geração devem ser os menores possíveis, evitando-se aumento de encargos setoriais e impostos, bem como sobrecustos ligados às emissões de gases de efeito estufa e aumentos unilaterais dos combustíveis usados como insumo, especialmente o gás natural.

### **3. Energia Elétrica e Sociedade**

Os montantes necessários para o abastecimento da demanda de energia elétrica devem ser explicitados a toda a sociedade incluindo o custo das diferentes fontes de geração e o custo de sua **não realização**. Além dessa interação entre o Poder Executivo com a sociedade serão também necessárias interações entre os Poderes Executivo e Legislativo, em especial na regulamentação dos seguintes temas prioritários para o desenvolvimento do setor elétrico:

- Código Florestal – Áreas de preservação permanente e reserva legal;
- Licenciamento ambiental;
- Questão Indígena;
- Desenvolvimento sustentável das Reservas dos Potenciais Hidráulicos e
- Mudanças Climáticas

Sem a definição legislativa adequada para estes temas a ampliação da oferta de energia elétrica com sustentabilidade pode ficar comprometida

### **4. Foco na economia de baixo carbono.**

O Brasil já dispõe de uma das matrizes elétricas mais limpas do planeta. Para manutenção desta condição, prevista no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a priorização deve permanecer na geração hidráulica, grande diferencial do país frente ao resto do mundo. Ao longo dos anos foram analisados e desenvolvidos mecanismos eficientes de mitigação e compensação dos impactos socioambientais dos projetos desta fonte.

Quanto às demais fontes renováveis (eólica, solar e co-geração por biomassa) deve-se buscar a maximização dos potenciais, respeitando-se as condições ambientais e econômicas.

Para as fontes não renováveis, mas também não emissoras de gases de efeito estufa, como a Nuclear, faz-se necessário eliminar os entraves ao seu aproveitamento, quer sejam de ordem institucional, quer sejam de ordem técnica.